

Movimentos Sociais

Entre Aderências, Conflitos e Antagonismos

Remo Mutzenberg¹

Resumo: O artigo aborda a trajetória dos movimentos sociais, no Brasil, e abordagens desenvolvidas sobre os mesmos nas últimas décadas. Considera a sua reconfiguração, compondo um quadro plural de agentes sociais que se mobilizam em torno de diferentes programas num processo não monódico, em que ocorrem as identificações a partir dos sentidos já fixados ou construindo outros sentidos, articulando o que escapa ao discurso hegemônico ou não. O novo contexto, no presente milênio, leva a formular perguntas sobre como identificar, como entender e como explicar as ações coletivas num campo teórico e metodológico mais heterogêneo. Considera, assim, o campo teórico sobre movimentos sociais como um campo aberto à imaginação sociológica e indaga sobre os significados das ações coletivas. Finalmente apresenta questões de cunho metodológico para o desenvolvimento da pesquisa das ações coletivas no âmbito particular da sociologia.

Palavras-chave: Mudança Social; Movimentos Sociais; Ações Coletivas; Agentes Sociais; Metodologia.

Abstract: This work traces the development of social movements in Brazil and recent studies written about them. It takes into configuration their reconfiguration, based on a plurality of social agents which have arisen haphazardly in function of different programs which can be identified by already-known meanings or meanings-in-construction which may have escaped the hegemonic discourse. The new context, in the present millenium, raises issues of how to identify, understand and explain collective action in a more heterogeneous theoretical and methodological way. The theoretical Field about social movements is discussed and questions raised about the meaning of collective action. Finally, methodological questions concerning procedures of research on collective action within the specific Field of sociology are presented.

Key words: Social Change, Social movements, collective action, social agents, methodology.

¹ *Professor Adjunto* do DCS e PPGS da Universidade Federal de Pernambuco.

Apresentação

Presenciamos, em particular nas últimas décadas, a afluência de grupos e movimentos que revelam múltiplas formas de organização, distintas motivações e demandas, recorrendo à memória de repertórios de ação ou inventando novos, incorporando novos recursos tecnológicos, cognitivos, entre outros. A sua composição pode se constituir a partir de processos de identificação com discursos de classe, gênero, etnia, raça, religião etc., ou articulados em torno de demandas gerais que transcendem aquelas categorias. Na busca dos significados dessa presença, diferentes interpretações são propostas partindo de perspectivas teóricas distintas.

Nessa direção, concebe-se uma presença multiforme de agentes sociais, ampliando as formas de identificação, de composição e de procedimentos políticos. Implica, assim, uma visão ampla da dinâmica social, a partir da qual se constroem identidades, articulando diferentes elementos e criando sentidos a partir dos quais podem ser identificados agentes, razões, mecanismos e objetivos pertinentes àquelas composições; configura um pluralismo de agentes sociais que se mobilizam em torno de diferentes programas num processo não monódico, onde ocorrem as identificações a partir dos sentidos já fixados ou construindo sentidos, articulando o que escapa ao discurso hegemônico.

Frente às transformações econômicas, políticas, sociais, culturais, tecnológicas e cognitivas, que marcam o contexto dessa afluência e seus desdobramentos no campo das ações coletivas, as perguntas sobre como identificar, como entender e como explicar as ações coletivas e a identidade de seus agentes tornou o campo teórico e da pesquisa mais heterogêneo. Essa questão sobre os sentidos das múltiplas formas de ação dos movimentos sociais, promovidas por múltiplos agentes, coloca uma das perguntas mais *desafiadoras* e conflitivas para a Teoria Social, em geral, e à metodologia das Ciências Sociais, em particular (SCRIBANO, 2003, p. 64).

Em grandes linhas podemos reconstruir a trajetória dos movimentos sociais (ações coletivas) em três períodos: os anos 1970 e 1980; os anos 1990 e início do 2000 e os anos mais recentes, marco da eleição de candidatos de partidos de esquerda (MUTZENBERG, 2010).

No período dos anos 1970 e 1980, a presença dos movimentos sociais, para os quais se voltavam os olhares, caracterizou-se pelos movimentos populares e de trabalhadores e apontava-se para a emergência dos “novos movimentos” (de gênero, étnicos, ambientalistas, entre outros) ². Conforme análise de Ruth Cardoso (1996), dois momentos caracterizaram esse período: o da “emergência heróica dos movimentos”, nos 1970, e o momento da institucionalização dos movimentos nos anos 1980. No contexto autoritário e de luta pela redemocratização, a tônica dos estudos estava na afirmação do caráter espontâneo e autônomo dos movimentos sociais. Nesse momento, eles foram interpretados como protagonistas de uma ruptura com o sistema político tradicional, autoritário e clientelista (CARDOSO, 1996, p. 82). Esse período (1970–1980) foi marcado pela (re)organização dos movimentos sociais, tradicionais e novos, revitalização do sindicalismo rural e urbano, com novas características expressas pelo que se denominou novo sindicalismo, formação de organismos de apoio àquelas organizações, as ONGs, e a mobilização de distintas instituições da sociedade brasileira.

Na década de 1990, passa-se de um nível reivindicatório, de oposição ao Estado, para a implementação das conquistas, que no caso do Brasil se formalizaram na Constituição Federal de 1988, por meio da possibilidade de inserção nas diferentes modalidades de conselhos participativos criados a partir da nova ordem constitucional. Essa mudança levou os movimentos sociais a uma nova posição, exigindo que passassem de um nível meramente reivindicativo para um nível operacional-propositivo, o que demandou o desenvolvimento de novas

² A produção acadêmica desse período é extensa. Dela, citamos algumas referências importantes: Moisés (1982), Kowarick (1987), Calderón e Jelin (1987), Sader (1991), Scherer-Warren e Kriskke (1987), Boschi (1983), Doimo (1984, 1995).

habilidades para desempenhar atividades de planejamento, implementação e fiscalização de políticas públicas, alterando também a atuação de entidades de apoio aos movimentos sociais, em particular as ONGs (FERNANDES, 1988; BURITY, 1999b; GOHN, 2010).

Uma classificação aproximativa dessa presença pode ser sintetizada como: a) movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais (gênero, geração, portadores de necessidades especiais, imigrantes, territoriais, étnico-raciais, religiosos etc.); b) movimentos de lutas por melhorias nas condições de vida e trabalho, tanto rurais como urbanos (terra, trabalho, equipamentos coletivos, habitação etc.); e c) movimentos globais ou globalizantes (Fórum Social Mundial, Via Campesina, Jornada Ação Global dos Povos etc.)³.

Para além dessa classificação, é possível identificar um conjunto de temáticas que têm norteado as ações desses movimentos e orientado as pesquisas nessas duas últimas décadas. Alguns desses temas, muitas vezes, transcendem o campo temático específico dos movimentos sociais. Essa *constelação temática* pode ser identificada a partir do tópico da *democracia*, ao qual se agregam, por exemplo, os temas da *cidadania*, da *cultura política/política cultural*, da *sociedade civil*, do *Estado* e da *identidade*.

Essas análises colocaram em evidência, também, a complexidade e a heterogeneidade da sociedade civil, tornando difícil afirmar o que há em comum aos elementos que a compõem. Composição essa que compreende desde uma miríade de associações, organizações e instituições, até um amplo contingente desorganizado, além das organizações ilegais com efetivo poder econômico e político (BURITY, 1999a, p. 240). Há, nesse sentido, uma conformidade entre a heterogeneidade da sociedade civil e a heterogeneidade dos movimentos sociais,

³ Quanto à classificação, ver, entre outros, Gohn (2003), Melucci (1996), Castells, (1999) e sobre movimentos antiglobalização, Bringel e Muñoz (2010), Scherer-Warren (1999), Poletto (2009), Della Porta (2007).

que caracteriza um campo plural e dinâmico em que as identidades se redefinem nos processos de articulação.

Nesse contexto, o tema da identidade é discutido numa concepção construtivista, para a qual “os grupos sociais se definem (...) a partir de uma referência histórica, de suas relações com outros grupos e o fazem pela inscrição de sua diferença particular na ordem simbólica” (BURITY, 1999a, p. 225)⁴. Além da heterogeneidade da sociedade civil e seus desdobramentos, um segundo aspecto central no debate sobre sociedade civil, em particular no campo temático dos movimentos sociais no Brasil, é a sua relação com o Estado.

Frente à tradição de um Estado forte na formação da sociedade brasileira e frente à experiência recente com o Regime Militar, houve a necessidade de afirmar a sociedade civil em contraposição ao Estado. Nas palavras de Francisco Weffort, “nós queríamos ter uma sociedade civil, precisávamos para nos defender do Estado” (*apud* TELLES, 1987, p. 60). As transformações ocorridas na forma de intervenção do Estado, referidas acima, e a complexidade crescente da sociedade civil já não permitem uma concepção polarizada entre esta e o Estado.

Para os movimentos sociais, essa relação com o Poder Público tornou-se ainda mais intrincada e ambígua na medida em que lideranças, oriundas de seus quadros, ou no mínimo comprometidas com as suas demandas, tornaram-se governo em seus diferentes níveis (municipal, estadual e federal). Esse fato levou tanto a um afastamento quanto a uma inserção dos movimentos no âmbito dos governos, ou ainda gerando uma dupla atuação, isto é, manifestações de apoio

⁴ O caráter construído da identidade, do ponto de vista sociológico, não é difícil de ser aceito, mas, como afirma Manuel Castells (1999, p. 23): “[a] principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece”. Diferentes pontos de partida constituíram uma ampla bibliografia com abordagens distintas, para o qual é bastante citar alguns trabalhos: S. Hall (1998), J. Butler (2003), Silva (2000), Munanga (1994), Pacheco (2007). Essas concepções estão bastante distantes do conceito de identidade presente na teoria dos movimentos sociais apresentada por Touraine nas décadas de 1960 e 1970. Na década de 1960, Touraine defendeu que um movimento social consiste numa *ação conflitual*, conduzida por *ator de classe* e que se opõe a um adversário de classe em vista do *controle do sistema de ação histórica* (CHAZEL, 1995: 285).

às administrações públicas e à resistência e mobilização, no sentido de acelerar o cumprimento de demandas postergadas (POLETTI, 2009).

Essa tensão é, na atualidade, uma realidade que está presente em outros países da América Latina, por exemplo, na Bolívia, na Argentina e no Uruguai. Alguns analistas identificam nisso um novo momento dos movimentos sociais na região ou, na linguagem de Sidney Tarrow (2009), um novo ciclo indicando novas oportunidades políticas. Por outro lado, esse novo quadro coloca desafios teóricos e analíticos para interpretar a interconexão entre Estado-Governo e sua relação com os movimentos sociais. Essa relação tem sido objeto de pesquisas realizadas, tanto na área da Ciência Política, da Sociologia e da Sociologia Política.

Ao conjunto de temas mencionados acima e relacionado a eles, compondo o que denominamos de *constelação temática*, colocou-se o debate sobre a cidadania. Em que medida os movimentos sociais redefiniram o próprio sentido da cidadania e como se colocam diante da luta por sua definição num contexto de convivência e confrontos de diferentes concepções?

As análises sobre o papel dos movimentos sociais na construção da democracia, como já apontado acima, divisam tanto seu papel positivo quanto a sua irrelevância. Há quem considere os movimentos sociais como fatores de desestabilização da institucionalização democrática e inábeis para se adequarem à arena política formal representativa (DAGNINO, 2000, p. 79). Quanto a essa visão negativa dos movimentos sociais, em relação ao seu papel no processo de democratização, argumenta-se que sua ênfase na “engenharia institucional” desconsidera outras dimensões fundamentais do processo. Para Evelina Dagnino, a questão básica “é como os movimentos sociais no Brasil contribuíram para dar novo significado às relações entre cultura e política em suas lutas pela democratização” (p. 80). Ainda segundo a autora, na luta recente pela democratização no Brasil, a apropriação da noção de cidadania teria sido um instrumento fundamental e teria se tornado operacional para uma visão ampliada

de democracia dos movimentos sociais. Nesse sentido, a concepção de “direito a ter direito”, requisito para constituição de sujeitos ativos, tem como pressuposto o direito dos cidadãos de participarem na própria definição do sistema político, tornando-se condição para a difusão de uma “cultura democrática” e para a transformação de práticas arraigadas em diferentes níveis da vida social (p. 86-87).

Assim como a identidade, a cidadania é orientada num terreno em que sua definição não está dada, não é definitiva nem uniforme (MUTZENBERG, 2003, 2008). Posto dessa forma, a construção da cidadania ocorre no *campo do político*, como prática constitutiva e inerente ao conjunto da vida social, e no *campo da política*, como prática no âmbito institucional, envolvendo sociedade civil e Estado, e “chegando mesmo a constituir uma zona cinzenta entre dois pólos, que condensa ou desloca, conforme o caso, os princípios modernos do Estado, do mercado e da comunidade” (BURITY, 1999a, p. 249). Outro desdobramento dessa perspectiva para o campo teórico-metodológico é o de priorizar os processos, implicando também na consideração de que a permanência de uma cultura autoritária, clientelista não decorre apenas de uma inércia da cultura política, mas como confronto de políticas culturais⁵.

A questão a ser enfrentada aqui é saber em que medida os movimentos sociais são protagonistas de uma nova cultura política e como ela se expressa em suas políticas culturais.

Todas as questões acima levantadas sobre democracia, sociedade civil, Estado, identidade e cidadania têm orientado pesquisadores e caracterizam grande parte da produção recente. Tais questões não se limitam à análise dos movimentos sociais no campo institucional, antes colocam a questão de estudar concretamente a formação de um movimento social, analisando-o em todas as

⁵ Política cultural é definida, aqui, “como o processo posto em ação quando conjuntos de atores sociais moldados por e encarnando diferentes significados e práticas culturais entram em conflito uns com os outros” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 24).

suas dimensões e fases moleculares. Isso impõe ao pesquisador a necessidade de não se conformar às correntes de opinião já constituídas.

De forma resumida, essa multiplicidade de manifestações (ações coletivas) pode ser agrupada em torno dos seguintes aspectos:

a) *Diversidade e direitos*: Movimentos de gênero, em particular pesquisas sobre os diversos movimentos de mulheres (camponesas, indígenas, negras, ligados à questão religiosa etc.), envolvendo distintos temas: saúde, violência, direitos reprodutivos, discriminação, trabalho entre outros; manifestações sócio-político-culturais em favor do reconhecimento da diversidade sexual e de seus direitos⁶. A visibilidade dessas manifestações e êxito de conquistas de direitos individuais, que acabam por produzir conquistas gerais, tem como ator expoente o Movimento LGBT — Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; movimentos negros, cuja discussão tem crescido nos últimos anos, particularmente a partir do debate sobre as cotas raciais nas universidades brasileiras e sobre a Lei 10.639/03; os movimentos de remanescentes de quilombos; movimentos indígenas; movimentos identitários e culturais como os geracionais, destacando-se os jovens e seus movimentos culturais — expressos, por exemplo, na música, via Hip Hop, Rap, grupos de cinema, entre outras formas —, a terceira idade e meninos e meninas de “rua”; movimentos sociais temáticos como o de saúde; na última década houve um crescente interesse e desenvolvimento de pesquisas sobre associativismo, redes e sociabilidade inscritas na vida cotidiana (MARTINS; FONTES, 2004; SCHERRE-WARREN, 2001).

No contexto da crise do Estado de Bem-Estar, há uma valorização das redes primárias e do papel da família na proteção, ajuda e no cuidado que desenvolvem na comunidade. Como afirma Serapioni (2005, p. 243), “atualmente, há várias propostas de políticas sociais baseadas na concepção de ‘cuidado comunitário’, que objetivam co-responsabilizar a comunidade em relação aos problemas sociais

⁶ Sobre o assunto, ver, por exemplo, Facchini (2005), Simões e Facchini (2009).

e de saúde”. Haveria nessas ações um poder de influência (*empowerment*) para o reconhecimento de demandas de minorias. Isto põe na pauta o debate sobre as relações intrincadas entre sociedade civil e Estado. Poderíamos nos perguntar se essas redes quase invisíveis estão da base de movimentos em seus momentos de maior visibilidade, em momentos de mudanças da conjuntura, o que Tarrow (2009) denomina como emergência de oportunidades políticas. Nesse item, diversidade e direitos, há que se incluir a presença de movimentos religiosos, sua relação com outros movimentos sociais, e movimentos identitários construídos a partir de interesses específicos do campo religioso.

b) *Lutas por habitabilidade, trabalho e equipamentos e serviços coletivos*: ações em torno de demandas por habitação, terra, trabalho, equipamentos e serviços coletivos têm uma longa tradição, tanto na área urbana como na área rural. Na primeira, temos, por exemplo, associações de moradores, sociedades de amigos de bairro e conselhos comunitários, sem teto. Na área rural, por sua vez, os canais tradicionais para a conquista de demandas foram especialmente os sindicatos e sua estrutura articulada em nível estadual e nacional e movimentos específicos e articulações como a Via Campesina. Multiplicaram-se as formas de agregação e de interesses — redes de centros comunitários, creches, centros culturais, oficinas para jovens, escolas para qualificação de trabalhadores no setor de serviços, pequenas cooperativas de produção e comercialização, entre outras. Como afirma Gohn (2003, p. 23), são agrupamentos bastante diferentes do movimento tradicional das associações de bairros ou sociedade amigos de bairros.

O mesmo pode ser afirmado em relação às organizações emergentes das formas tradicionais como sindicatos e cooperativas. Subjacente a essas novas formas de organização, identifica-se o novo papel das ONGs no contexto da reestruturação econômica e política sob a preeminência neoliberal. As ONGs passaram a ser vistas como os parceiros ideais pelos setores do Estado empenhados na transferência de suas responsabilidades para o âmbito da sociedade civil; articulação em redes ou fóruns, caracterizados pela sua formação plural,

formando redes temáticas, a exemplo dos fóruns sobre saúde, violência, desenvolvimento sustentável, semi-árido, solo urbano, reforma agrária, meio ambiente etc. Nessa direção é que as categorias analíticas como redes e mobilizações sociais assumem centralidade nas análises, particularmente, na última década (FONTES, 2004; SCHERER-WARREN, 2006; GOHN, 2008, 2010).

Nesse contexto, tem chamado a atenção, nos últimos anos, o crescente recurso ao “bloqueio de rua”, não só por organizações mais estruturadas como MST, sindicatos, mas por grupos urbanos com o objetivo de dar visibilidade a demandas locais. Nesse sentido, é pertinente perguntar se o crescente uso desse recurso não denotaria um sintoma dos limites dos espaços de representação e participação, sintoma das dificuldades das redes articularem o conjunto de demandas⁷.

c) *Globalização e antiglobalização*: O processo de globalização, sob a égide neoliberal que propunha um modelo socioeconômico que se pretendia infalível, teceu um contexto que fez emergir distintas manifestações de contestação. Entre essas manifestações coletivas articulou-se o movimento antiglobalização, distinto de movimentos precedentes e das ações de grupos revolucionários ou fundamentalistas, estes também crescentes nesse contexto (GOHN, 2003, p. 33). O marco para a sua visibilidade pública e sua irrupção nos meios de comunicação de massa foram as manifestações de protesto que paralisaram a Cúpula da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, em 1998. O Movimento Antiglobalização inaugurou uma nova gramática no repertório das demandas e dos conflitos sociais, inserindo seu ideário e o debate sobre o capitalismo e os processos de globalização com seus efeitos no aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas bem como seus efeitos destrutivos em relação ao meio ambiente. Uma expressão desse movimento é o Fórum Social

⁷ O “bloqueio de rua”, ou “corte de rua” como é denominado, por exemplo, na Argentina, tem uma tradição e compõe o repertório das ações coletivas. A referência a esse recurso é em geral associado a sua utilização pelos movimentos sociais na Argentina (HOCHSTETLER; FRIEDMAN, 2008; XIMENES, 2007).

Mundial⁸, que foge dos modelos habituais de representação e mobilização (GOHN, 2003, p. 55).

Nessa trajetória do movimento antiglobalização, a falta de contestação global coordenada, ainda segundo Bringel e Muños (2010, p. 34), levou a que redes e movimentos se diluíssem para aplicar seu próprio repertório de protesto e propostas, como o caso do movimento ecológico, de camponeses, de indígenas e de jovens em situação precária, no caso da Europa.

A irrupção do Movimento Antiglobalização tem implicações políticas e teóricas. Entre outras questões, coloca-se a possibilidade de construção de uma identidade coletiva diante de sua heterogeneidade, o que leva a desafios analíticos dos processos internos de articulação e construção de cadeias de equivalência entre as diferenças; relação entre lutas locais e o global, além das questões regionais; relações com os Estados-nação; novas formas de organização e articulação por meio do uso da tecnologia da informação; alternativas emergentes ao atual modelo de desenvolvimento etc.

Na América Latina, novas questões são colocadas a partir da confluência e interação de diversos fatores, entre os quais: a existência de efeitos e tendências distintas da globalização e seus significados diversos na relação Norte/Sul; o crescimento de partidos de esquerda, ou centro-esquerda, e a presença indígena na cena política, particularmente nos países andinos. Esses fatores têm levado a um crescente interesse e debate entre pesquisadores latino-americanos, que buscam, por exemplo, incorporar novos referenciais aos estudos pós-coloniais⁹. Movimentos sociais dizem respeito aos recursos tecnológicos de comunicação em nível global (CASTELLS, 1999).

⁸ Sobre o Fórum Social Mundial há uma ampla bibliografia e tem sido objeto de dissertações e teses elaboradas a partir de diferentes problemas de pesquisa.

⁹ O Observatório Social da América Latina (OSAL), programa de pesquisa vinculado ao Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO), é uma referência desse debate, cujos textos estão disponíveis em <<http://www.biblioteca.clacso.edu.ar/>>.

Considerações finais

Iniciamos este texto afirmando que entender e explicar os sentidos dos movimentos sociais coloca-se como questão desafiadora e conflitiva. Ao finalizá-lo isso se confirma, mas também evidencia um *campo temático* rico em possibilidades, em que temas tradicionais nas pesquisas são recolocados e novos emergem a partir da dinâmica das relações sociais e/ou de movimentos teóricos pertinentes ao campo acadêmico. Trata-se de um campo aberto que desafia a imaginação sociológica. Em que medida essa multiplicidade de movimentos aponta para aderência ou para um conflito sem contestar o que é hegemônico ou antagônico ao *status quo*? Como se coloca nesse nível o dilema entre a diversidade e a necessidade política de articulação em torno de alternativa ao que está posto? Que mudanças essas presenças estão promovendo?

Algumas questões despontam ao longo do texto e são recolocadas permanentemente nas discussões do campo temático dos movimentos sociais. Uma primeira questão diz respeito ao próprio conceito Movimento Social. A multiplicidade de manifestações coletivas, a diversidade de suas características impossibilita uma definição geral. Sua definição não depende apenas de características evidenciadas pelos movimentos, mas se coloca no campo de pressupostos epistemológicos e teóricos. Um movimento social não é, nesse sentido, uma encarnação de uma essência, mas um objeto construído pela análise (MELUCCI, 2001, p. 33).

Considere-se ainda que os atores sociais têm um papel ativo na construção do significado de um movimento. Isto coloca uma segunda questão para a pesquisa social, o caráter intersubjetivo da construção do conhecimento. Tanto os atores quanto o pesquisador têm um papel ativo, o que implica que não se trata de uma reprodução da autodefinição que os atores fazem de si e nem uma construção do pesquisador isenta de influências. Nesse sentido, a própria relação entre pesquisador e ator social é objeto de reflexão e do processo interpretativo de um movimento social (RANCI, 2005; SCRIBANO, 2003). Diante da complexidade e

múltiplas dimensões de um movimento social (psicológica, histórica, política, antropológica, territorial etc.), impõe-se também um diálogo interdisciplinar, mesmo que a análise tenha como recorte uma disciplina específica.

Finalmente, podemos perguntar-nos se grupos e movimentos são arautos de uma mudança possível no presente e não num futuro distante (MELUCCI, 1996) ou apenas a celebração obscena do pluralismo e da democracia do capitalismo contemporâneo (JAMESON, 1997: 323). O campo temático dos movimentos sociais se coloca como desafio para a Teoria Social e um convite para a reflexão teórica e construção de caminhos metodológicos para a sua compreensão e da sociedade, e seu futuro remete ao campo do político.

Referências

ALVAREZ, S., DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (orgs.). *Cultura política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

BOSCHI, R. R. (org.). *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

BRINGEL, B.; MUÑOZ, E. E. *Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional*. Ciências Sociais Unisinos. São Leopoldo, v. 46, nº 1, p. 28-36, jan./abr. 2010.

BURITY, J. A. *Identidade e Cidadania: a cultura cívica no contexto de uma nova relação entre sociedade civil, indivíduos e estado*. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 15, nº 2, p. 223-253, jan./jun. 1999a.

BURITY, J. *Caminhos do Fim – Caminho do Fim?* In: Breno Augusto Souto-Maior Fontes (org.), *Movimentos sociais: produção e reprodução de sentidos*. Recife: Editora da UFPE, 1999b.

BUTLER, J. *Feminismo e subversão da identidade: Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDERÓN, F.; JELIN, E. *Classes sociais e movimentos sociais na América Latina*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, nº 5, v. 2, p. 67-85, out. 1987.

CARDOSO, R. C. L. *A trajetória dos movimentos sociais*. In: DAGNINO, E. (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1996.

CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede*. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAZEL, F. *Movimentos sociais*. In: BOUDON, R. *et alli*. *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995, p. 283-334.

DAGNINO, E. . *Cultura, Cidadania e Democracia: A transformação dos Discursos e Práticas na Esquerda Latino-Americana*. In: Sonia E. Alvarez; Evelina Dagnino; Arturo Escobar. (Org.). *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino americanos: Novas Leituras*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000, v. , p. 61-102.

DAGNINO, E. (org.). *Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

DELLA PORTA, D. *O movimento por uma nova globalização*. São Paulo, Loyola, 2007.

DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DOIMO, A. M. *Movimento social urbano, Igreja e participação popular: o Movimento de Transporte Coletivo de Vila Velha, ES*. Petrópolis: Vozes, 1984.

FACCHINI, R. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Clam: Garamond, 2005.

FERNANDES, R. C. *Sem fins lucrativos*. In: LANDING, L. (org.). *Sem fins lucrativos: as organizações não-governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER. 1988.

FONTES, B. *Capital social e terceiro setor: sobre a estruturação das redes sociais em associações voluntárias*. In: MARTINS, P. H.; FONTES, B. *Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004, p. 49-75.

GOHN, M. da G. *Ações coletivas na atualidade: dos programas de responsabilidade/compromisso social às redes de movimentos sociais*. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, v. 46, nº 1, p. 10-17, jan./abr. 2010.

GOHN, M. da G. *Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina*, Caderno CRH, Salvador, v. 21, nº 54, p. 439 -456, set./dez. 2008.

GOHN, M. da G. *Movimentos sociais no início do Século XXI: Antigos e novos atores*. Petrópolis: Vozes, 2003.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HOCHSTETLER, K.; FRIEDMAN, E. J. *Representação, partidos e sociedade civil na Argentina e no Brasil*. Caderno CRH, v. 21, nº 52, pp. 47-66, jan./abr. 2008.

JAMESON, Fredrich. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2ª edição, São Paulo: Ática, 1997.

KOWARICK, L. F. *Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, nº 3, v. 1, p. 38 – 50, out. 1987.

MARTINS, P. H.; FONTES, B. (orgs.). *Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas*. Recife: Editora da UFPE, 2004.

MELUCCI, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELUCCI, A. *Challenging codes: collective action in the formation age*. Cambridge: University Press, 1996.

MUNANGA, K. *Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil*. In: SPINK, M. J. P. (org.). *A Cidadania em Construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994, p. 177-188.

MUTZENBERG, R. *A Questão dos Movimentos Sociais na Atualidade*. In: Carlos Benedito Martins e Heloísa T. de Souza Martins. (Org.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. 1 ed. São Paulo: ANPOCS/BARCAROLLA, 2010, v. 3, p. 405-440.

MUTZENBERG, R. *A prática social como discurso*. In: FARIAS, M da S. B.; WEBER, Silke. *Pesquisas qualitativas nas ciências sociais e na educação*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPb, 2008, p. 309-216.

MUTZENBERG, R. *Identidades e Movimentos Sociais numa Sociedade Indomável*. *Política e Trabalho*. João Pessoa, v. 19, p. 39-58, out. 2003.

PACHECO, R. A. S. *Movimentos sociais: a construção da identidade na diversidade*. *Revista Eletrônica Portas*, v. 1, nº 1, p. 10-24, dez. 2007. Disponível em <<http://www.acicate.com.br/portas/movimentos.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

POLETTI, E. R. *A nova territorialidade dos movimentos sociais na América Latina: do ajuste neoliberal à construção de alternativas*. 2009. Disponível em: <<http://www.egal2009.easyplanners.info/area02/2141>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

RANCI, C. *Relações difíceis: a interação entre pesquisadores e autores sociais*. In: MELUCCI, A. *Para uma sociologia reflexiva: Pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis, Vozes, 2005, p. 43-66.

SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SCHERER-WARREN, I. *Apresentação – Dossiê: movimentos sociais*. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 21, nº 1, p. 13-16, jan./abr. 2006.

SCHERRE-WARREN, I. *Movimentos sociais e participação*. In: SORRENTINO, M. *et alli*. *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001, p. 41-56.

SCHERER-WARREN, I. *Redes e espaços virtuais*. Uma agenda para a pesquisa de ações coletivas na era da informação. 1999. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~cso5421/REDESEV2.html>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. J. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCRIBANO, A. *Reflexiones sobre uma estratégia metodológica para el análisis de las protestas sociales*. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 9, p. 64-104, jan./jun. 2003.

SERAPIONI, M. *O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas sociais*. Ciência e Saúde Coletiva, v. 10, suppl. 0, p. 243-253, set./dez. 2005.

SILVA, T. T. *Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TARROW, S. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TELLES, Vera da Silva. *Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70*. In WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo (orgs.). *Uma revolução no cotidiano: novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 54-85.

XIMENES, G. *Hoy vienen los piqueteros: Os novos significados dos protestos em Buenos Aires*. Revista Habitus. Rio de Janeiro, v. 5, nº 1, p. 17-36, 2007. Disponível em <<http://www.habitus.ifcs.ufrj.br/vol5num1.html>>. Acesso em 23 de maio 2010.